

Sociabilizar e interagir: a acção da cooperação entre a Biblioteca Escolar e a Biblioteca Pública

Margarida Bairrão

DEGEI, Universidade de Aveiro

Resumo

A Sociedade da Informação constitui uma mudança cultural, implicando novos objectivos educativos como a capacidade de tratamento da informação, o conhecimento de conteúdos ligados às Tecnologias da Informação e da Comunicação e ao domínio de novas técnicas de trabalho.

A evolução do ensino em função de modificações no sistema de valores, transformação das atitudes em relação ao conhecimento e ao domínio do saber, desenvolvimento das necessidades de informação numa sociedade mais complexa em que as funções se diversificam e em que a participação a todos os níveis requer uma informação actualizada faz com que haja a necessidade de criar um espaço capaz de solucionar estas questões na própria escola: a Biblioteca Escolar. Torna-se hoje crucial sociabilizar a partir da escola para que o cidadão possa posteriormente interagir e participar na vida activa em sociedade nos seus diversos contextos; individual, profissional e social. Saber utilizar a informação que circula diariamente a velocidades incríveis e ser capaz de a tratar de acordo com as necessidades de contextos e tempo faz com que o cidadão encontre hoje novos desafios que só serão solucionados, no caso de existir uma cooperação entre as organizações que efectuem o tratamento da pluralidade de documentos com que hoje somos obrigados a lidar.

A acção de cooperação entre a Biblioteca Escolar e a Biblioteca Pública torna-se assim importante na forma de criar estruturas que permitam ao cidadão cooperar e interagir na vivência na actual Sociedade da Informação.

Introdução

No nosso País, o alargamento da escolaridade obrigatória e a desejável democratização do ensino, sob o paradigma “Educação para todos”, introduziu um efeito contraproducente e perverso, contribuindo para o aumento da taxa de sucesso. Torna-se então necessário passar do paradigma da homogeneização para o paradigma de diferenciação sistemática, o professor deve direccionar a sua atenção para o quadro cognitivo em que o aluno se encontra, promovendo estratégias de aprendizagem adequadas, de modo a criar situações que permitam partilhar o que

Workshop Sociedade da Informação: balanço e implicações, UFP, 11-12 Dez. 2003

cada um tem e partir do que cada aluno sabe, ao contrário da educação compensatória que parte do que os alunos não sabem, ou dá mais a quem tem menos. *“A Escola do presente e do futuro exige, acima de tudo uma permanente intencionalidade estratégica, uma capacidade sistemática para imaginar o futuro dos progressos tecnológicos, pela mudança dos estilos de vida e das formas de trabalhar, pela globalização das economias e pela explosão das mobilidades físicas e virtuais”* (FIGUEIREDO, Dias, 1998).

Um dos grandes desafios que se apresenta à educação é o de conciliar as tecnologias com a dimensão humana, ou seja à frieza das altas tecnologias impõe-se uma contrapartida de valor humano, uma vez que quanto mais tecnológica é a sociedade, mais necessita de compensações ao nível dos valores humanos e da afectividade.

O desenvolvimento de competências e de auto-formação começa na escola e a Biblioteca Escolar pode de uma forma informal conseguir transmitir conteúdos e estratégias de pesquisa capazes de orientar o utilizador para futuras descobertas.

“A informação transformou-se num fenómeno vital para o Homem dos nossos dias, o qual só poderá sobreviver por meio de uma adaptação permanente à transformação, isto é, de uma reconversão contínua da sua atitude pessoal e de novos conhecimentos a um estilo de vida diferente, protegendo a sua integridade interna, a sua personalidade” (VERON, Catherine, 1981).

A pesquisa de informação nos vários tipos de documentos de uma forma a poder produzir transformações nos conteúdos e criar materiais faz com que se desenvolvam determinadas capacidades nos indivíduos que os vão acompanhar pela vida fora fortalecendo o seu ego e domínio de competências inerentes a Sociedade da Informação.

É na Biblioteca Escolar que começa o prazer de mexer, lidar, ler e transformar, procurar, apreender e solucionar. É local da escola onde se tem uma educação paralela, mas informal e faz com que se torne num local mais apetecível. Por vezes é difícil induzir os alunos a frequentá-la e até os professores, mas depois de “convidados” a participar nas suas actividades raros são aqueles que não sentem vontade em voltar. Criam-se assim as bases que vão servir para alicerçar a formação dos futuros utilizadores da Biblioteca Pública.

Como?

Através de um plano de actividades previamente definido e estabelecido de acordo com as características das tipologias dos seus utilizadores. Não há planos-chave, mas sim um conjunto de actividades que podem fomentar o gosto pelo local e pelas

Workshop Sociedade da Informação: balanço e implicações, UFP, 11-12 Dez. 2003

actividades aí desenvolvidas. Um convite a ler um artigo de um jornal desportivo, uma navegação na Internet, um DVD de um filme que esteve em cartaz, um jogo de computador, tudo com muita vida e dinâmica, pois uma biblioteca sem jovens é um espaço frio, desolador e sem significado nos dias de hoje em plena Sociedade de Aprendizagem constante. Só incutindo nos jovens e professores o espírito que a biblioteca é um lugar para frequentar no seu quotidiano é que podemos mudar as mentalidades e alterar valores que vão fazer com que se formem os potenciais utilizadores das Bibliotecas Públicas de adquirir competências para agir na actual Sociedade da Informação. A Leitura Pública deve ser assim uma porta aberta para todos os cidadãos e a Biblioteca Pública deve ser o meio de permitir que o cidadão possa usufruir do direito que tem no acesso à informação. A Biblioteca Pública é o centro local da informação. Os serviços prestados e as colecções devem ser baseados em igualdade de acesso para todos em termos de raça, idade, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Os serviços e colecções devem estar isentos de qualquer forma de censura ideológica, política, comercial e religiosa. São assim missões da Biblioteca Pública a Informação, a Alfabetização, a Educação e a Cultura.

A articulação da Bibliotecas Públicas com a Bibliotecas Escolar começou a tornar-se uma realidade concreta principalmente a partir da criação da Rede de Bibliotecas Escolares com o programa SABE (Serviço de apoio às Bibliotecas Escolares). Esta ligação deve ser estimulada sobretudo para melhor dar a conhecer as bibliotecas públicas e estimular à sua frequência, mas sempre encarando-a como complemento na aquisição de uma formação informal e não como substituindo o papel da própria escola. Torna-se assim necessário e básico que a Biblioteca Pública conheça o meio real da Biblioteca Escolar até por que são as bibliotecas públicas que devem incentivar as bibliotecas escolares a ter uma prática correcta da técnica biblioteconómica, actividades de dinamização e animação e sobretudo que consigam conquistar os seus utilizadores, pois são eles que quando deixarem a escola poderão a vir a frequentar a Biblioteca Pública.

Hoje só se entende que uma Biblioteca Pública tenha sucesso se estiver aberta para o cidadão, sendo a estatística de frequência um dos referenciais do sucesso qualitativo prestado pela Biblioteca Pública. Um dos serviços mais importantes numa Biblioteca Pública é o Serviço de Referência, pois são os Técnicos que lidam com o utilizador que melhor têm uma percepção de quais as suas necessidades de informação documental. A Biblioteca Pública é o motor necessário para que a cultura entre nas vidas dos cidadãos e apesar de ainda no nosso país haver grandes lacunas nesta área, deve ser feito um esforço por parte das Autarquias e dos próprios Técnicos

Workshop Sociedade da Informação: balanço e implicações, UFP, 11-12 Dez. 2003

Superiores de Biblioteca e Documentação a trabalharem nas Bibliotecas, para ir de encontro à população através da organização de actividades de dinamização que possibilitem que o cidadão sinta curiosidade de começar a frequentar este espaço diariamente no seu quotidiano de vida.

A Biblioteca Pública, actualmente, na Sociedade da Informação deve ser encarada como uma porta aberta para o acesso à informação e conseqüentemente para o conhecimento que o cidadão possa vir a ter do meio global em que está inserido.

Bibliografia

CALIXTO, José António – “Biblioteca Pública versus Biblioteca Escolar: uma proposta de mudança”, in Cadernos BAD, nº 3, Lisboa, 1994

CANÁRIO, Rui – “Que futuro para as bibliotecas escolares” in Noesis, n.º37,1996

CONDE, Elsa - “ Rede de Bibliotecas Escolares: perspectivas e potencialidades de utilização na Internet “ in 6º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Aveiro, BAD, 1998

FIGUEIREDO, DIAS – “Importância e complexidade da formação de professores na Sociedade da Informação “ in Conselho Nacional de Educação, A Sociedade da Informação na Escola, Lisboa, Ministério da Educação, 1998

CARVALHO, Margarida Mello de – “ O acesso à informação: da problemática do ser ao conhecer” in 6º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Aveiro, BAD, 1998

RUNKEL, Ana – “ Bibliotecas Públicas: para que servem” in Diário de Notícias, 27 de Janeiro, Lisboa, 1994, suplemento cultura.

PRATES, Maria Cristina – “ Biblioteca Pública e a Escola: actividades concertadas” in Noesis, 2000

NUNES, Henrique Barreto – “ Livros, crianças, escolas, bibliotecas e o mais que adiante se verá”, in Cadernos BAD, nº 3, Lisboa, 1994

UNESCO, Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas, 1994

UNESCO, Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Escolares, 1996

VIEIRA; Isabel – Lançar a Rede das Bibliotecas Escolares, Relatório Síntese, Ministério da Educação, Lisboa, 1996

A ECDL - European Computer Driving License

Guilherme Collares Pereira

O Conceito ECDL

A ECDL (European Computer Driving Licence) ou Carta Europeia de Condução em Informática é um Certificado de competências nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), para o utilizador.

A ECDL é um Certificado reconhecido internacionalmente e comprova que o seu detentor possui os conhecimentos e aptidões necessárias para utilizar as aplicações de computador mais correntes, de uma forma eficaz e produtiva. A ECDL atesta competências reais porque avalia o saber fazer, visando ultrapassar as dúvidas e incertezas inerentes à expressão “conhecimentos de informática na óptica do utilizador”.

Mais do que conhecimentos, a ECDL valida competências, segundo um padrão internacional, abrangendo sete áreas, consideradas essenciais para uma utilização eficaz das TIC: Introdução à Informática, Utilização do Computador e Gestão de Ficheiros, Processador de Texto, Folha de Cálculo, Base de Dados, Apresentações e Internet e Correio Electrónico.

O conceito ECDL é um sistema integrado, constituído por um conjunto de Conteúdos Programáticos, por uma bateria de Exames de avaliação, por uma aplicação informática que disponibiliza os Exames e por um Certificado que comprova as competências demonstradas. As competências são validadas através da realização de exames, os quais são orientados para a execução de tarefas, sendo realizados numa aplicação informática desenvolvida para o efeito e aprovada pela ECDL Foundation.

Os exames de avaliação da ECDL só podem ser efectuados em Centros de Competência ECDL, autorizados para o efeito pela ECDL Portugal, e acompanhados por Examinadores Certificados. Cada candidato à obtenção da ECDL recebe um Cartão de Registo de Competências em Informática (European Computer Skills Card) onde são registados os Exames efectuados com sucesso. Uma vez completado o Cartão de Registo, deve o mesmo ser enviado para a ECDL Portugal, directamente ou através do Centro de Competência ECDL, para emissão da respectiva Carta Europeia de Condução em Informática.

A ECDL vai ao encontro das necessidades, tanto de empregadores, como de empregados, definindo claramente as competências essenciais na utilização de um computador. Afasta assim quaisquer dúvidas, quer quanto à experiência admitida, quer quanto às especificações do posto de trabalho.

A adopção da ECDL apresenta um conjunto de benefícios, de que destacamos: No recrutamento e selecção, através da avaliação de competências dos candidatos, da adequação dos candidatos às funções a desempenhar e no processo formativo, através da identificação de necessidades de formação da construção de acções formativas de acordo com as necessidades identificadas da constituição de turmas homogéneas, em resultado do posicionamento correcto das competências da avaliação da formação.

Origens

A ECDL resultou de uma iniciativa do CEPIS (Council of European Professional Informatics Societies) que visava dotar os cidadãos europeus, e as suas organizações, de um padrão de competências na utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação. Para coordenar o lançamento e a gestão do conceito ECDL, foi constituída, em Janeiro de 1997, a ECDL Foundation, com sede em Dublin, Irlanda.

Embora sendo uma iniciativa da sociedade civil, a ECDL? contou desde logo com o reconhecimento da Comissão Europeia como uma das iniciativas de âmbito europeu a apoiar. Este facto ficou claramente demonstrado com a inclusão de referências à ECDL? , como “Best Practices...”, no documento “Strategies for Jobs in the Information Society”, datado de 4 de Fevereiro de 2000.

Em 24 de Maio de 2000, no seguimento da Cimeira de Lisboa em que foi deliberada a “adopção de uma Certificação Europeia nas Tecnologias da Informação”, a Comissão Europeia emitiu os documentos, “e-Learning – Designing Tomorrow’s Education” e “eEurope 2002 Draft Action Plan” em que refere expressamente as vantagens da utilização da ECDL? .

Foi no seguimento desta última deliberação que, a 5 de Outubro de 2001, o ESDIS (High Level Group on the Employment and Social Dimension of the Information Society), como entidade mandatada para acompanhar a realização daquela acção, recomendou formalmente à Comissão Europeia que “a ECDL seja aceite como uma Certificação Base pan-Europeia nas TI, cumprindo a intenção expressa na acção referenciada do eEurope 2002”.

Posteriormente, a 14 de Dezembro de 2001, a High Level Task Force on Skills and Mobility, no seu Relatório Final, afirma expressamente que: “Os Estados Membros devem assegurar que todos os cidadãos adquirem competências base, incluindo literacia e numeracia, tecnologias de informação (particularmente nas TIC, utilizando instrumentos como a Carta Europeia de Condução em Informática) e competências sociais, como o trabalho de grupo, resolução de problemas e aprender a aprender. Os Estados Membros devem assegurar que essas competências são adquiridas até à idade de 16 anos e atingir esse objectivo até 2006.” (pag.16)
“A UE deverá desenvolver definições de competências nas TIC (baseadas em instrumentos como a Carta Europeia de Condução em Informática) de forma a torná-las transparentes e disponíveis nos e entre os Estados Membros (...).” (pag.17)

Para além disso, a ECDL Foundation tem participado, como parceira, em projectos europeus no âmbito da avaliação e validação de competências e está actualmente em curso a implementação da ECDL na DG Employment, a que se seguirão outras Direcções Gerais dos Serviços da Comissão, em Bruxelas.

A ECDL Foundation

O papel da ECDL Foundation consiste em implementar um sistema de avaliação de competências nas Tecnologias de Informação e Comunicação em toda a Europa e, posteriormente, em todo o Mundo. Esta tarefa envolve quatro actividades principais:

Workshop Sociedade da Informação: balanço e implicações, UFP, 11-12 Dez. 2003

Introdução do conceito ECDL em novos países e coordenação das actividades da ECDL nos países onde já está implantada, ligação com a Comissão Europeia, participando, como parceira, em projectos europeus nas áreas de avaliação e validação de competências em informática, actualização do conceito ECDL e a sua adequação ao mercado e, finalmente, a verificação da aplicação do conceito segundo os mesmos padrões de qualidade em todos os países membros, através de um conjunto de normas e conteúdos programáticos

Cabe assim à ECDL Foundation assegurar a consistência da aplicação do conceito em todos os países aderentes, de forma a que o padrão representado pela ECDL seja independente dos sistemas de formação informática estabelecidos, objectivo, modular e com rigor científico, cobrindo as principais áreas de utilização dos PCs.

O conceito da ECDL encontra-se já implantado ou em vias de implantação na maioria dos países europeus, incluindo todos os da União Europeia. A aposta que um número crescente de governos europeus tem vindo a fazer no apoio, político e financeiro, à divulgação das Tecnologias de Informação e Comunicação, aliada à exigência dos empregadores na definição de um padrão de competência em informática, está a provocar um crescimento exponencial deste projecto.

A ECDL em Portugal – A Certicarta

Dada a necessidade, que se vinha sentindo, de validar níveis de competência na área da informática em Portugal, foi constituída a Certicarta – Formação Informática, Lda. com o objectivo de lançar e gerir o conceito ECDL em Portugal. Assim, em Portugal cabe à Certicarta (ECDL Portugal) autorizar os Centros de Competência ECDL, que efectuarão os exames, e assegurar a gestão da ECDL em Portugal, de acordo com as normas e conteúdos programáticos estabelecidos pela ECDL Foundation.

A ECDL é uma Certificação nas Tecnologias de Informação e Comunicação para o utilizador. Como tal, tem como público alvo todos as pessoas que utilizam computadores no seu dia a dia, seja no trabalho ou em casa.

Ao definir-se como uma Certificação para o utilizador, a ECDL está, simultâneamente a definir o que são, em seu entender, as competências necessárias para uma utilização eficaz das principais aplicações informáticas.

A ECDL procura assim ultrapassar as indefinições resultantes da conhecida expressão “conhecimentos de informática na óptica do utilizador”, definindo claramente em que consistem as competências, ou seja o saber fazer, necessárias para o utilizador de computadores.

Para esse efeito, a ECDL é constituída por um conjunto de conteúdos programáticos que definem, de forma precisa, em que consiste o padrão ECDL. Essas competências foram identificadas pelo CEPIS – *Council of European Professional Informatics Societies*, um organismo europeu de profissionais em informática, e validadas pelo mercado, através de centenas de empresas e organismos públicos que já a adoptaram e de perto de um milhão de pessoas que já obtiveram a ECDL ou se encontram em processo de Certificação.

Workshop Sociedade da Informação: balanço e implicações, UFP, 11-12 Dez. 2003

Em termos do mercado nacional, a ECDL dirige-se a todas as pessoas que, não sendo especialistas ou licenciados em Sistemas de Informação e Comunicação, utilizem ou venham a utilizar um computador para a execução das suas tarefas diárias.

Assim, seja na execução de trabalhos de índole profissional onde são requeridas competências base nas TIC, seja em casa ou em qualquer outro local onde possam aceder a conhecimentos hoje correntemente disponibilizados pela internet ou por outros meios de formação à distância, a ECDL proporciona-lhes uma definição rigorosa das competências necessárias para uma participação plena na Sociedade da Informação.

Da “Sociedade da Informação” à “Sociedade do Relacionamento”

Luis Novais
Vector 21

A Sociedade da Informação, pode caracterizar-se pelo acesso massivo e global a fontes de informação. Podemos dizer que vivemos numa Sociedade da Informação quando o factor de produção “informação” é utilizado com o objectivo de criar mais e mais informação.

Ao criar a metáfora da 'Aldeia Global', McLuhan terá incorrido em apenas um erro. Um erro simples mas esclarecedor: não existe conceito de aldeia sem o de estreitas relações de interacção, isto é, de vizinhança.

Antes da Internet essa possibilidade não existia e à massificação do acesso à informação que era uma evidência já nos anos cinquenta faltava-lhe precisamente esta capacidade de interacção directa, *one to one*, global e facilmente acessível.

MacLuhan, esse sim, terá vivido numa Sociedade da Informação mas só a Internet viria a pôr cobro ao isolamento, matando assim essa Sociedade de Informação e apontando o caminho para outro modelo de sociedade. Um modelo bem mais natural, bem mais humano: a “Era da Relação”.

Por isso, penso que só com a generalização da Internet lá por 1994 ou 1995 ficamos a viver nessa aldeia global. Aldeia que mais não é do que o recurso metafórico de uma “Sociedade do Relacionamento”.

Graças à Internet, hoje tal como nas aldeias reais onde as pessoas se relacionam e se influenciam, a riqueza do conhecimento exprime-se na partilha de interesses.

O erro, corolário que faz com que se falasse em “Sociedade da Informação” como sendo a definição do momento actual, esteve em ter-se confundido a Internet com a Web e em ter-se pensado que nesta todos os *Sites* seriam puramente presenciais, informativos e institucionais. Hoje sabemos que as coisas não evoluíram assim.

Os formatos de utilização que tiveram uma clara foram e são os que vêm na Internet um ponte entre indivíduos e não um meio de transmitir informação de um servidor para um utilizador.

Veja-se exemplos tais como o do Napster, o Marketing Viral, os Sites de Comunidade, os mensageiros instantâneos e, claro, o bom e velho e-mail. Veja-se ainda o recente caso desse sistema chamado *Plaxo* e da forma admirável e exponencial como consegue atrair novos utilizadores utilizando a rede de relacionamentos de cada novo aderente.

Workshop Sociedade da Informação: balanço e implicações, UFP, 11-12 Dez. 2003

Estes exemplos mostram que a presença na Internet tem que se sofisticar na exacta medida da sua interiorização enquanto canal relacional. Sites que apostam na partilha de informações, na construção de comunidades assentes em bases de permissão ferozmente defendidas. É nesta “Sociedade do Relacionamento” que assentam as novas vertentes da vida e dos negócios. Não há transacções sem relacionamento e não há transformação sem dimensão relacional. A transacção, quase tão antiga como o próprio Homem, tem por base a relação – e, ainda que à distância, mantém íntegra a sua natureza. A transformação, que consubstancia a etapa última tanto do desenvolvimento humano quanto das organizações, só é possível se sedimentada em sólidas bases relacionais e transaccionais.

Eis as etapas do desenvolvimento do Homem: presença, relação, transacção e transformação. Eis as etapas do desenvolvimento da Sociedade. E vivemos numa Sociedade do Relacionamento, não porque todas as outras não o tenham tido, mas sim porque este é a pedra basilar do novo modelo. Se vivêssemos no Sec XIX diríamos que estávamos a viver uma economia industrial, hoje apenas podemos afirmar que estamos numa economia com indústria.

Hoje, graças à morte da Sociedade da Informação e ao aparecimento da Sociedade do Relacionamento, somos finalmente esse paradigma de aldeão sonhado por MacLuhan. Um aldeão que, mais do que ter acesso a toda a *coscuvilhice* da sua aldeia, procura influenciar a vizinhança e não sobrevive psicologicamente sem aquela inevitabilidade da troca social de que nos falava Marcel Mauss.

E isto foi o que a Internet nos trouxe: A morte da Sociedade da Informação e o parto da Era do Relacionamento.